

FENAE Agora

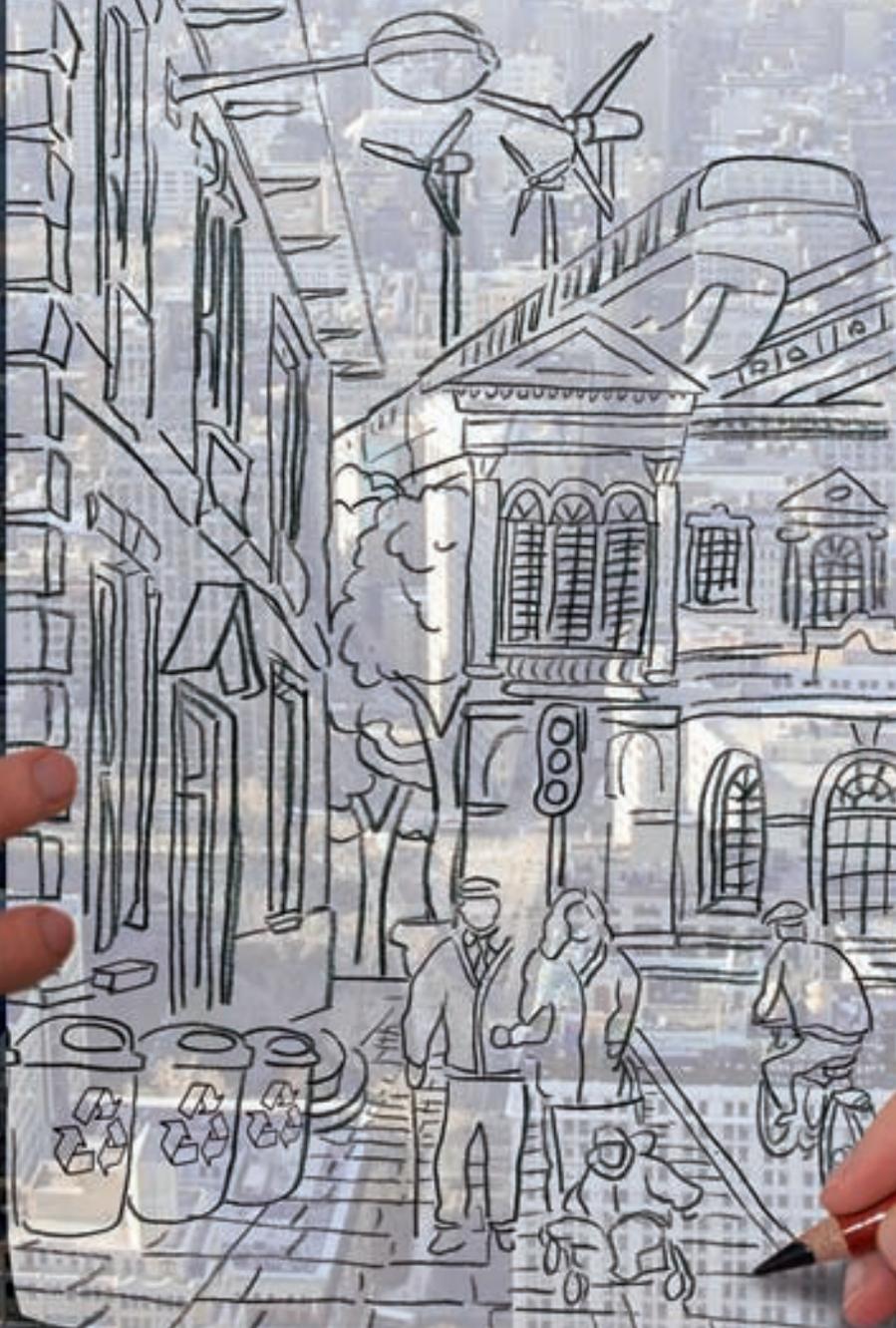
Publicação da Federação
Nacional das Associações
do Pessoal da Caixa
Econômica Federal.
Edição nº 70 - ano 14,
agosto / setembro de 2011.
Distribuição gratuita.



**Impresso
Especial**

9912265362/2010-DR/BSB
FENAE

CORREIOS



Estatuto da Cidade faz 10 anos

Uma década depois, uma análise sobre os benefícios da lei que obriga os municípios a planejarem a ocupação do solo com edificações que cumpram a função social da propriedade e estruturas que promovam melhores condições de vida nas cidades

A revista Feneae Agora em cliques onde você estiver



Acesse a revista on line de qualquer computador ou smartphone*. O mesmo conteúdo da revista impressa, agora com opções para folhear, ampliar ou imprimir as matérias.

www.feneae.org.br

* A reprodução em smartphone só é possível em aparelhos com suporte ao flash.





Expediente:

Administração e redação: Setor Comercial Sul, quadra 1, bloco C, n.º 30, Edifício Antônio Venâncio da Silva, 5º andar, Brasília (DF) - CEP: 70395-900 - Telefone: (61) 3323-7516 - Fax: (61) 3226-6402 - www.fenae.org.br - imprensa@fenae.org.br - **Diretoria Executiva - Diretor-presidente:** Pedro Eugênio Beneduzzi Leite. **Diretor vice-presidente:** Jair Pedro Ferreira. **Diretora de Administração e Finanças:** Fabiana Cristina Meneguele Matheus. **Diretor de Comunicação e Imprensa:** Daniel Machado Gaió. **Diretor de Esportes:** Paulo César Barros Cotrim. **Diretora de Cultura:** Ely Custódio Freire. **Diretor para Assuntos de Aposentados e Pensionistas:** Olivio Gomes Vieira. **Diretoria Executiva:** Paulo Roberto Damasceno, Kardec de Jesus Bezerra, Maristela da Rocha, Marcos Benedito de Oliveira Pereira. **Conselho Fiscal - Titulares:** Marcos Aurélio Saraiva Holanda, Paulo Cesar Matileti, Laércio Silva. **Suplentes:** Anabele Cristina Silva, Jorge Luiz Furlan, Daniel Pinto de Azeredo. **Conselho Deliberativo Nacional - Presidente:** José Áureo de Oliveira Junior. **Vice-presidente:** Cely Nascimento. **Secretário-geral:** Vera Lúcia Barbosa Leão. **Gerente de Comunicação:** Eurico Batista. **Jornalistas:** Antônio José Reis, Evando Peixoto, Amanda Vieira e Andréa Viegas. **Mundo Caixa e Responsabilidade Social:** Thiago Turbay. **Fotos:** as não identificadas são de autoria de Augusto Coelho. **Design:** Lisarb Sena de Mello e Marcelo Villodres. **Ilustrações e projeto gráfico:** Lisarb Sena de Mello. **Colaboradores:** Mylton Severiano e Fernando Nogueira. **Impressão:** Bangraf. **Tiragem:** 120 mil exemplares. Os artigos assinados são de responsabilidade de seus autores. As matérias podem ser reproduzidas, desde que citada a fonte. Distribuição gratuita.



Mobilização por **emprego decente** e compromisso com o Brasil



Começa a campanha salarial 2011 de toda a categoria bancária, contemplando os trabalhadores dos bancos públicos e privados. A mobilização será por emprego decente, aumento real de salários, PLR digna e piso do Dieese, tendo como slogan “Trabalho decente – compromisso com o Brasil”. A pauta de reivindicações deste ano foi aprovada na 13ª Conferência Nacional dos Bancários, realizada no fim de julho, em São Paulo.

Na Caixa, conforme decisão do 27º Conecef, as negociações específicas serão guiadas pela exigência de valor e dignidade para quem dá sustentação ao banco. Essa campanha específica visa fortalecer o processo de negociações permanentes, combinado com a mobilização dos bancários de todo o país.

A batalha promete ser árdua. A crise que atinge muitas economias pelo mundo tende a dificultar a situação dos bancários e de outras categorias do país, a julgar pelas declarações de representantes do sistema financeiro e da área econômica do governo. Isto exigirá, da parte da categoria bancária, muita capacidade de organização, muita unidade e muita disposição de luta, para deflagrar em 2011 uma greve ainda mais forte, se preciso for. Mobilização, aliás, é o caminho para novas conquistas.

A matéria de capa desta edição de Feneae Agora é sobre o direito constitucional à moradia e o direito à cidade, com gestão democrática e garantia da função social do espaço urbano e da propriedade. O foco, desta vez, é o Estatuto da Cidade. Essa lei completa 10 anos em 2011 e surgiu para ampliar a fronteira da cidadania nacional, sendo resultado direto de projeto aprovado por pressão popular após 12 anos de tramitação no Congresso Nacional. Todas essas questões, direta ou indiretamente, têm a ver com a capacidade de mobilização dos empregados da Caixa.<



Ministra Iriny Lopes

Em vigor desde 7 de agosto de 2006, a Lei Maria da Penha é pioneira na garantia dos direitos da mulher brasileira. Completa cinco anos em 2011, sendo considerada uma das mais avançadas do mundo no combate à agressão doméstica contra a mulher.

Nesta entrevista à Fenae Agora, a ministra Iriny Lopes fala sobre a Lei 11.340/06, que alterou o Código Penal brasileiro, passando a permitir que os agressores sejam presos em flagrante ou tenham a prisão preventiva decretada. A entrevistada foi deputada federal por dois mandatos, e hoje comanda a Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres da Presidência da República. Ela é uma militante das causas de direitos humanos, habitação e meio ambiente.



Ministra Iriny Lopes

“A Lei Maria da Penha é o principal instrumento legal para enfrentar a violência doméstica contra a mulher no Brasil”

FA – A Lei Maria da Penha completa cinco anos. Que avaliação poderá ser feita dessa conquista?

Iriny – Trata-se da lei mais conhecida e aprovada pelos brasileiros, segundo pesquisa do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea), e é reconhecida como uma das três melhores leis no campo jurídico internacional. A Lei Maria da Penha refletiu o avanço legislativo internacional e se transformou no principal instrumento legal de enfrentamento à violência doméstica contra a mulher no Brasil.

Os benefícios alcançados pelas mulheres com a Lei Maria da Penha são muitos: criou mecanismo judicial específico – os Juizados de Violência Doméstica e Familiar contra as Mulheres; medidas protetoras de urgência para as vítimas de violência doméstica; reforçou a atuação das Delegacias de Atendimento à Mulher, da Defensoria Pública e do Ministério Público e da rede de serviços de atenção à mulher em situação de violência doméstica e familiar; previu medidas de caráter social, preventivo, protetor e repressivo; definiu as diretrizes das políticas públicas e ações integradas para a prevenção e erradicação da violência doméstica contra as mulheres, como a implementação de redes de serviços interinstitucionais, realização de estudos e estatísticas, implementação de centros de atendimento multidisciplinar, delegacias especializadas, casas-abrigo, campanhas educativas, capacitação dos integrantes dos órgãos envolvidos na questão, entre tantas outras medidas de importância.

FA – Nesses cinco anos, mudou muita coisa na proteção à mulher no país?

Iriny – Sim. Hoje, as mulheres estão amparadas pela Lei Maria da Penha e mais confiantes em denunciar o agressor. Cinco anos depois, a lei trouxe à luz o cotidiano de violência e opressão que as mulheres eram obrigadas a suportar dentro de casa. Antes da lei, a violência doméstica era naturalizada e invisibilizada. Bater em mulher era considerado “coisa/briga de casal”, e as mulheres não tinham uma rede de proteção e acolhimento. Hoje, há uma política e um pacto nacional pelo enfrentamento à violência contra as mulheres, os agressores são punidos com rigor e as vítimas têm acesso a um sistema jurídico que opera para protegê-las.

FA – A cultura machista e patriarcal permanece forte e arraigada na sociedade brasileira. No âmbito da máquina do Estado, há resistências na implementação da Lei Maria da Penha?

Iriny – A Lei Maria da Penha já faz parte da vida das brasileiras. Mas a cultura machista que toma a violência doméstica como normal e culturalmente aceita, infelizmente, ainda vigora. É por isso que eu sempre digo que, apesar de todas as conquistas e avanços, ainda há muito a ser feito. A Secretaria de Políticas para as Mulheres tem trabalhado com afinco para que essa lei se popularize ainda mais. Nosso maior desafio é fazer com que as mulheres não tenham medo de denunciar e procurar ajuda quando necessário.

FA – O ambiente doméstico pode ser considerado de risco para as mulheres? Fale um pouco sobre essa questão...

Iriny – O ambiente doméstico é de três vezes mais perigoso para as mulheres do que para os homens. Entre as mulheres assassinadas no país, 28,4% morreram em casa. O número é quase três vezes maior do que a taxa entre os homens, de 9,7%. As informações são do Anuário das Mulheres Brasileiras 2011, compilação de dados sobre a situação da mulher no país divulgado em julho

pela Secretaria de Políticas para Mulheres do governo federal e pelo Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos (Dieese). Os dados sobre o local de morte em assassinatos são de 2009.

A residência é o segundo local mais “perigoso” para as mulheres. De acordo com o anuário, as mortes por assassinato de mulheres ocorrem em primeiro lugar na via pública (30,7% dos casos), em segundo lugar em casa (28,4%) e em terceiro lugar no hospital (23,9%).

Segundo o estudo, quatro em cada dez mulheres brasileiras já foram vítimas de violência doméstica. Os números sobre a violência doméstica são da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (Pnad) de 2009, feita pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). Conforme a Pnad, 43,1% das mulheres já foram vítimas de violência em sua própria residência. Entre os homens, esse percentual é de 12,3%. Ainda, segundo os números da Pnad, de todas as mulheres agredidas no país, dentro e fora de casa, 25,9% foram vítimas de seus cônjuges ou ex-cônjuges.

FA – Qual é o tipo mais comum de violência contra a mulher?

Iriny – Sem dúvida, a violência doméstica. Acontece dentro de casa e é cometida pelo companheiro e, às vezes, na frente dos filhos. Não respeita nível social, raça, idade, religião, cultura e nível educacional. Ela divide-se em violência física, psicológica, sexual, moral e patrimonial.

O importante é compreender que a violência contra a mulher é a expressão mais perversa do desequilíbrio de poder entre homens e mulheres e, ainda hoje, é um grave problema mundial. No seu rastro estão índices expressivos de absenteísmo ao trabalho, a feminização da AIDS e baixo aproveitamento escolar de crianças que a presenciam.

FA – Qual é o perfil das mulheres que recorrem ao serviço gratuito da Central de Atendimento à Mulher (Disque 180), mantido pela Secretaria de Políticas para as Mulheres?

Iriny – A maior parte das mulheres que entrou em contato com o Ligue 180 é parda (46%), tem

entre 20 e 40 anos (64%), cursou parte ou todo o ensino fundamental (46%), convive com o agressor há mais de dez anos (40%) e 87% das denúncias são feitas pela própria vítima. O percentual de mulheres que declaram não depender financeiramente do agressor é de 59% e, em 72% das situações, os agressores são os cônjuges das vítimas. Os números mostram que 65% dos filhos presenciam a violência e 20% sofrem violência junto com a mãe.

FA – Quais, na sua opinião, os maiores desafios para a Lei Maria da Penha nos próximos anos ou décadas?

Iriny – Mesmo sendo uma lei eficaz e muito conhecida, ela ainda não chega a todas as brasileiras. Por isso, é necessário ampliar a Rede de Atendimento à Mulher para todos os municípios em todas as regiões do país. Precisamos de mais núcleos de atendimentos às mulheres, delegacias, casas-abrigo e de mais portas de saída para as vítimas de violência, como a equidade no mercado de trabalho, para que elas não dependam financeiramente de seu agressor. Também é importante fortalecer o Pacto Nacional de Enfrentamento da Violência contra as Mulheres, que tem a participação de todos os estados, para que todas as brasileiras tenham proteção e, em caso de violência, seus agressores sejam punidos com o rigor que a lei determina. O outro desafio está no Poder Judiciário. Há uma lentidão no julgamento dos processos em todo o país. O que, em muitos casos, leva à morte da vítima. É fundamental que os juízes cumpram a legislação com rigor.

A implementação da Lei Maria da Penha dependerá da capacidade de articulação, negociação e influencia nos locais de atuação, nas esferas municipal, estadual, federal e em torno da sociedade civil organizada. Conforme está previsto: “A União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios promoverão a adaptação de seus órgãos e de seus programas às diretrizes e aos princípios desta Lei.” Quanto a essa disposição, se faz necessária uma intervenção forte, propositiva e eficaz, apta a intervir nas estruturas existentes, nos conceitos e preconceitos estabelecidos, mas principalmente na resistência política.◀



Representantes das entidades do movimento associativo e sindical exigiram a transferência imediata do pessoal da Prevhab para a Funcef, mas a Caixa ignora até mesmo a decisão judicial

Ir para a Funcef **é legal**

Decisão judicial de última instância reafirma a responsabilidade da Caixa para como a Prevhab e assegura que transferência de participantes só pode ser para a Funcef

O movimento associativo e sindical dos empregados e aposentados da Caixa considera inaceitável que a parcela de ex-funcionários do BNH que permaneceu na Prevhab (Associação de Previdência dos Empregados do ex-BNH) continue sendo ignorada na situação de insegurança e de angústia que enfrenta desde a extinção do órgão em que atuava. O BNH foi extinto e absorvido pela Caixa em 1986, por meio do Decreto-lei 2.291.

A mobilização pela transferência imediata do pessoal da Prevhab para a Funcef conta com o envolvimento de todas as entidades do movimento associativo e sindical: a Associação dos Servidores do Ex-BNH (ASASBNH/CEF), a Fenae e associações (Apcefs), a Fenacef e associações (AEAs) e a Contraf/CUT e sindicatos. Tem também o respaldo dos diretores e conselheiros eleitos para a Funcef.

A exigência foi reiterada entre as deliberações do 27º Congresso Nacional dos Empregados da Caixa, realizado nos dias 9 e 10 de julho, em São Paulo.

O artigo 10 do Decreto-lei 2.291 já previa a transferência dos participantes da Prevhab para o fundo de pensão dos empregados da Caixa, estabelecendo que: **“A Caixa Econômica Federal fica autorizada a negociar, sob critério que entender viável, a absorção da Prevhab pela Funcef ou transferência dos beneficiários daquela para esta, observadas as normas de direito privado aplicáveis às respectivas situações”.**

No entanto, a Caixa fugiu de sua responsabilidade ao longo de todos esses anos, relegando ao desamparo e ao acúmulo de prejuízos econômicos os ex-funcionários do ex-BNH que seguiram como participantes do fundo de pensão originário.

A postura de descaso da Caixa não foi gratuita. Teve o claro propósito de segregar o quadro de associados da Prevhab. Muitos se renderam às pressões e aceitaram a incorporação à Caixa Seguros, tendo arrancado, posteriormente, o direito de se transferirem para a Funcef. Caminhos tortuosos levaram outros à Funcef, sem a escala na Caixa Seguros. Alguns foram relegados às filas do INSS e uma parte permaneceu na Prevhab - de 7.530 participantes em 1999, restam hoje na entidade cerca de 700.

Uma só possibilidade

Os remanescentes da Prevhab temem pelo futuro da entidade, caso a Caixa continue protelando a transferência para a Funcef. Cobram providência urgente nesse sentido, uma vez que foi descartada pela Justiça a possibilidade de transferência para outra instituição que não seja o fundo de pensão dos empregados da Caixa.

Em decisão de última instância, proferida pela Terceira Turma do Superior Tribunal de Justiça (STJ), em novembro de 2010, foi negado provimento a recurso da Caixa contra decisão do Tribunal Regional Federal da 2ª Região em favor de um grupo de participantes da Prevhab.

A ação declaratória e condenatória impetrada pelos participantes sustentou o argumento de que a Caixa, ao incorporar o BNH, “assumiu todas as responsabilidades como patrocinadora do plano de previdência fechada dos funcionários do BNH (Prevhab), sendo vedada a transferência de seus beneficiários para outro plano de previdência privada, que não a Funcef, nos termos do Decreto-lei nº 2.291/86”.

Era de se esperar que, diante da negativa do STJ a seu recurso, a Caixa tomasse as providências necessárias à imediata transferência do restante do pessoal do extinto BNH para a Funcef, em observância à sua responsabilidade como patrocinadora. Iniciativas deveriam ser tomadas também pela Superintendência Nacional de Previdência Complementar (Previc) e pela própria diretoria da Prevhab.

No entanto, **“o descaso continua, pois as implicações da decisão judicial foram, até agora, ignoradas”**, diz Afonso Henrique Costa, diretor Administrativo da ASASBNH/CEF.◀



Remanescentes da Prevhab participaram dos debates sobre a Funcef no 27º Conecef

Estatuto da Cidade faz 10 anos

A lei obriga os municípios a planejar a ocupação do solo com edificações que cumpram a função social da propriedade e estruturas que promovam melhores condições de vida nas cidades. Uma década depois, urbanistas avaliam os resultados

O Estatuto da Cidade completou 10 anos. Promulgada em 10 de julho de 2011, a lei federal 10.257 foi criada para regulamentar os artigos 182 e 183 da Constituição Federal, que tratam da política de desenvolvimento urbano e da função social da propriedade. O Estatuto é considerado uma legislação avançada e inovadora, formulada a partir de um amplo processo de discussão entre vários setores como movimentos populares, órgãos públicos, universidades e entidades técnico-profissionais.

Até então, não havia uma legislação específica para disciplinar a vida nos grandes centros urbanos, que foram crescendo de forma desordenada, sem assegurar condições de vida adequadas aos seus cidadãos. O Estatuto da Cidade representa uma tentativa de democratizar a gestão das cidades brasileiras através de instrumentos como o Plano Diretor, lei onde os municípios estabelecem as regras para a implantação da política urbana.

A função social da propriedade é umas das questões fundamentais trazidas pelo Estatuto, e também das mais polêmicas. Prevê pontos como: desapropriação com pagamento em títulos da dívida pública, que



torna a desapropriação de imóveis urbanos ociosos semelhante à que ocorre para fins de reforma agrária; usucapião especial, que amplia a possibilidade de iniciativa para usucapião coletivo, o que pode facilitar a regularização fundiária de áreas urbanas de difícil individualização, como favelas; Zonas Especiais de Interesse Social (ZEIS), instrumento estratégico para garantir solo urbanizado para habitação de interesse social por meio de regulação urbanística, IPTU progressivo no tempo, entre outros.

Essa primeira década do Estatuto da Cidade tem sido marcada por muitos desafios, avaliam especialistas. Ainda há dificuldades por parte do poder público em implementá-lo de forma efetiva. Por isso, o debate em torno da sua implantação é oportuno e necessário para que sejam delineadas novas estratégias para o fortalecimento do planejamento urbano dos municípios nos próximos anos.

“A avaliação que faço é que nós, do movimento da Reforma Urbana, estávamos certos. Os municípios se urbanizaram e, com isso, uma lei que trouxesse regras para essa urbanização era necessária. Dez anos depois do Estatuto em vigor, posso afirmar que acertamos em cheio ao termos lutado por



uma lei que regulasse as questões urbanas do país, tão visíveis nos dias de hoje”, destaca o arquiteto e urbanista, **Ângelo Marcos Vieira de Arruda**.

Segundo ele, é inegável a contribuição que o Estatuto tem dado para elaboração e execução de políticas públicas que contemplem melhorias nas condições de vida nas grandes cidades. “Com o Estatuto, a criação do Ministério das Cidades, o Conselho das Cidades e outros, saiu a primeira política de habitação em décadas. Veio a criação do Fundo Nacional de Habitação por Interesse Social (FNHIS), através do Sistema Nacional de Habitação por Interesse Social (SNHIS), e com eles mais gente se incorpora aos atos de habitação. Com o programa Minha Casa, Minha Vida, a habitação passou a ser tratada como política central de governo”, enfatizou.

O SNHIS foi instituído em 2005, tendo como objetivo implementar políticas e programas que promovam o acesso à moradia digna para a população de baixa renda, que compõe a quase totalidade do déficit habitacional do país. A intenção é não só construir moradias, mas que estas sejam feitas num lugar adequado, assegurando às pessoas acesso à terra urbanizada de boa qualidade, com infraestrutura e acesso a transporte.



Planos diretores

Para que programas como o Minha Casa, Minha Vida construam moradias adequadas e bem localizadas, é essencial a participação ativa dos municípios, mobilizando instrumentos em seus Planos Diretores, que favoreçam a disponibilidade de bons terrenos para o programa, especialmente para famílias com rendas de até seis salários mínimos.

Segundo a Secretaria Nacional de Programas Urbanos (SNPU), órgão vinculado ao Ministério das Cidades e que tem como missão implementar o Estatuto da Cidade, mais de 90% dos municípios com obrigatoriedade de possuir plano diretor – por terem mais de 20 mil habitantes e por estarem em região metropolitana – elaboraram seus planos. Conforme a Secretaria, os planos avaliados apresentaram efetiva incorporação das ferramentas do Estatuto da Cidade de modo limitado ou transcrito na maioria dos casos. Foram identificadas experiências pontuais de planos diretores bem sucedidos por conta do processo participativo em sua elaboração.

Os problemas, identificados pela SNPU, estão na dissociação entre a efetiva incorporação da função social da propriedade nos Planos Diretores e pressupostos do Estatuto da Cidade; plano diretor tratado como requisito para cumprimento de prazos e acessos a recursos; alguns deles são cartas de intenção sem o vínculo com o território, entre outros.



Segundo o urbanista **Ângelo Arruda**, além de ter planos diretores que atendam aos instrumentos previstos no estatuto, é necessário dotar os municípios de equipes técnicas para implantar no dia a dia a



legislação. **“Precisamos de prefeitos bons, competentes e honestos, e que vejam a reforma urbana como essência de sua administração. Precisamos de muito mais técnicos nas prefeituras. O quadro que ai está é pequeno e, assim, não dá conta de tudo”**, ressaltou.

Para o representante da União Nacional por Moradia Popular, Benedito Roberto Barbosa, o Dito, o problema também não está na lei. **“A legislação é revolucionária. O Estatuto trouxe para o conjunto da sociedade uma discussão sobre o papel da cidade no Brasil, sobre a qualidade dos transportes, acesso a moradia. Temos que rever o modelo de cidade que temos hoje para garantir a efetiva aplicação dos seus instrumentos. Este modelo que temos hoje, de cidade mercado, onde prevalece a especulação imobiliária, é que traduz a desigualdade social”**, enfatizou.

Alguns exemplos de cidades onde de alguma forma as administrações municipais conseguiram implementar os instrumentos do Estatuto da Cidade e avançar na reforma urbana são citados pelo arquiteto e urbanista do Instituto Polis, Kazuo Nakano: Diadema, Osasco, Santo André e

São Carlos. **“Em Santo André o avanço foi ainda maior no combate aos terrenos ociosos”**, destaca.

A utilização do IPTU (Imposto Predial e Territorial Urbano) progressivo no tempo é um dos instrumentos previstos no Estatuto para combater a especulação imobiliária. Sua cobrança torna economicamente inviável para o proprietário manter ocioso por muito tempo um terreno em área urbana considerada de interesse social.

Outro município que se destacou na aplicação das ferramentas do Estatuto da Cidade foi Diadema, realizando trabalho consistente no uso de áreas de interesse social para fins habitacionais. Ainda, segundo Kazuo, São Carlos foi o único município do país a aplicar a outorga onerosa de alteração de uso (que transforma um terreno rural em urbano).

Outro exemplo é Osasco, que conseguiu desenvolver política habitacional e de desenvolvimento urbano com melhorias nas habitações e projetos de urbanização. Segundo Kazuo Nakano, a cidade tem utilizado recursos de programas como o Minha Casa, Minha Vida com planejamento urbano.

Luta por Reforma Urbana

O Estatuto da Cidade foi uma das conquistas obtidas pelos segmentos que lutam há décadas por reforma urbana no país. Resultou do projeto de lei aprovado por pressão popular após 12 anos de tramitação no Congresso Nacional. Outra conquista foi o Fundo Nacional de Habitação de Interesse Social (FNHIS), criado por projeto de iniciativa popular com mais de um milhão de assinaturas e sancionado em 2005 pelo então presidente Lula.

A Fenae participa do Fórum Nacional por Reforma Urbana (FNRU) desde 1993, por entender a importância de se fazer planejamento urbano no país, com destinação permanente de recursos públicos para ações de regulação fundiária, construção de habitação de interesse social, saneamento ambiental, transporte e mobilidade urbana, e por defender a Caixa Econômica como agente operador destas políticas públicas.



Foto: Patrícia Pires - Fenae

Com ênfase na mobilização por uma nova gestão das cidades, a Fenae também representa o segmento dos trabalhadores no Conselho Nacional das Cidades (ConCidades), que surgiu em 2004 e representa a materialização de um importante instrumento de gestão democrática da Política Nacional de Desenvolvimento Urbano (PNDU).

Jardim Edite: resistência à não aplicação do Estatuto

O Jardim Edite é uma favela localizada na zona sul de São Paulo, cercada por grandes empreendimentos imobiliários. No início de 2000, os moradores foram ameaçados de expulsão do local. Com o Estatuto da Cidade, a Associação de Moradores, tendo apoio dos movimentos populares, conseguiu a inclusão da área como ZEIS (Zona de Interesse Social) no Plano Diretor do município de São Paulo. Além disso, a lei da Operação Urbana da região previu a construção de moradias para essas famílias no local.

Mesmo com esse instrumento, a pressão para que os moradores saíssem da área continuou. O caso foi parar na justiça e, em maio de 2010, foi homologado acordo entre os moradores e a prefeitura de São Paulo, garantindo a urbanização, a construção

de unidades habitacionais, uma creche, espaço de lazer, escola técnica de gastronomia (restaurante-escola) e uma Unidade Básica de Saúde.

Para Evaniza Rodrigues, militante do Movimento por Moradia Popular, o Estatuto precisa ser bem utilizado para funcionar. “Precisa de grande mobilização social. Em lugares, onde houve essa mobilização, o tema foi para embate e a ferramenta deu certo. É preciso retomar essa bandeira de luta”.

Em São Paulo, os movimentos populares, organizações não governamentais e outros segmentos envolvidos com na luta pela reforma urbana lutam, neste momento, contra a revisão do plano diretor proposto pela prefeitura. O projeto, segundo Evaniza, traz pontos que representam retrocesso ao que foi conquistado com o Estatuto da Cidade e com o Plano atualmente em vigor. Através de uma ação civil pública, os movimentos populares questionaram a alteração e a justiça determinou que a Câmara Municipal devolva o projeto à Prefeitura. <



Hora de **encarar** os banqueiros

Bancários dos setores público e privado se mobilizam por todo o país por emprego decente, aumento real de salários, PLR digna e piso do Dieese

valorização dos pisos e aumento real de salário; reversão das terceirizações; inclusão bancária; igualdade de oportunidades; e aposentadoria digna.

A categoria reivindica reajuste salarial de 12,8% (inflação projetada em 7,5% mais aumento real de 5%), PLR de três salários mais R\$ 4.500, piso do

A Campanha Nacional Unificada dos bancários, já em curso, põe novamente em evidência a dura realidade dos trabalhadores dos bancos públicos e privados no exercício de suas atividades, assim como a falta de compromisso dos banqueiros com o país e com a sociedade. A mobilização foi deflagrada na 13ª Conferência Nacional dos Bancários, realizada nos dias 29, 30 e 31 de julho, em São Paulo, com a participação de 695 delegados e observadores.

Os bancários sintetizaram a questão central da campanha deste ano com o slogan “Trabalho Decente – Compromisso com o Brasil”. A exigência de trabalho decente se dá nos termos definidos pela Organização Internacional do Trabalho (OIT). Inclui, entre outras coisas: estabilidade no emprego (fim da rotatividade); segurança nas unidades bancárias; respeito à vida e à saúde; fim do assédio moral e das metas abusivas; remuneração decente, com





Bancários entregaram pauta específica de reivindicações à diretoria da Caixa

Dieese (R\$ 2.297,51 em junho), aumentos nos vales refeição e alimentação e auxílio creche/babá para R\$ 545 cada, contratação da remuneração total e previdência complementar para todos.

A batalha promete ser árdua. **“Vai exigir muita capacidade de organização, muita unidade e muita disposição de luta, a exemplo do que temos demonstrado nos últimos anos”**, ressalta Jair Pedro Ferreira, vice-presidente da Fenae e coordenador da Comissão Executiva dos Empregados da Caixa (CEE/Caixa).

O exemplo das últimas campanhas é evocado também por Carlos Cordeiro, presidente da Confederação Nacional dos Trabalhadores do Ramo Financeiro (Contraf/CUT). “No ano passado fizemos a maior greve em 20 anos, com grande participação dos trabalhadores de bancos públicos e privados e, pelo que estamos observando agora nas falas dos banqueiros e de pessoas da área econômica do governo, teremos que fazer em 2011 uma greve ainda mais forte e com maior grau de unidade”, frisou o dirigente.

A pauta de reivindicações da campanha nacional unificada foi entregue à Federação Nacional dos Bancos (Fenaban) no dia 12 de agosto, em São Paulo. O ato contou com a participação de integrantes do Comando Nacional dos Bancários e de representantes patronais – Caixa, Banco do Brasil, Bradesco, Itaú Unibanco, Santander e HSBC, entre outras instituições.

O Comando entregou também aos banqueiros a “Declaração sobre a Venda Responsável de Produtos Financeiros” aprovada no Comitê Diretivo da UNI Finanças, braço para o setor financeiro da UNI Sindicato Global, entidade internacional à qual a Contraf-CUT é filiada. O documento foi aprovado também pela 13ª Conferência Nacional dos Bancários. Prevê, entre outras coisas, o fim das metas abusivas e a garantia de uma “cultura interna de negócios e procedimentos operacionais que conduzam à venda responsável de produtos”.





Bancários defendem a realização de uma Conferência do Sistema Financeiro

Conferência do SFN

Por decisão tomada na Conferência Nacional deste ano, os bancários encaminharão ao governo a proposta de realização de uma Conferência Nacional do Sistema Financeiro. A ideia é ir fundo nas questões relacionadas ao setor, em uma reforma que altere a lógica pela qual se guiam atualmente as instituições financeiras. **“Se o Brasil quer ser grande, precisa ter um sistema financeiro diferente, com as pessoas em primeiro lugar”**, diz o presidente da Contraf/CUT.

Essa reforma foi citada como das mais importantes na consulta feita a mais de 20 mil bancários na fase de preparação da campanha deste ano. Nela poderão ser tratadas, inclusive, questões como reversão das terceirizações e universalização dos serviços financeiros em agências e PABs, por profissionais bancários, de forma a garantir atendimento de qualidade, respeito às normas de segurança e proteção ao sigilo bancário.

Convenção 158 da OIT

Os bancários decidiram enviar carta à presidenta Dilma Rousseff cobrando a ratificação da Convenção 158 da OIT, que dificulta a demissão injustificada. O

objetivo é conferir maior estabilidade no emprego. A carta denuncia a rotatividade promovida pelos bancos como instrumento da obtenção de lucros exorbitantes.

Revogação de resoluções do BC

A Conferência Nacional dos Bancários aprovou total apoio ao Projeto de Decreto Legislativo (PDL) 214/2011, do deputado federal Ricardo Berzoini (PT-SP), pelo qual são revogadas as resoluções do Banco Central que ampliaram o escopo de atuação dos correspondentes bancários.

A mobilização dos bancários contra a precarização dos serviços financeiros repercutiu no Congresso Nacional em 16 de agosto, quando da realização de audiência pública para tratar do referido PDL. O evento contou com participação de dirigentes de entidades sindicais e associativas de todo o país, sob a liderança da Contraf/CUT e da Fenaé.

A Contraf/CUT encaminhou aos sindicatos modelo de carta a ser enviada a senadores e deputados em defesa da aprovação do projeto.

Bancários da Caixa buscam valor e dignidade

As negociações específicas para o acordo coletivo deste ano serão guiadas pela exigência de “valor e dignidade para quem dá sustentação à Caixa”, slogan sob o qual realizou-se em São Paulo, nos dias 9 e 10 de julho, o 27º Congresso Nacional dos Empregados (Conecef). Participaram do evento 417 pessoas, entre delegados, observadores e convidados.

Foram definidos como eixos centrais da campanha específica na Caixa a recomposição do poder de compra dos salários, melhorias no Saúde Caixa, tíquete e cesta-alimentação para todos os aposentados e pensionistas e fim da discriminação aos empregados do REG/Replan não-saldado.

Será dada ênfase à exigência de condições dignas de trabalho, com a contratação de mais empregados para suprir a carência de pessoal nas unidades da empresa, assim como ao fim da figura do correspondente bancário e do voto de Minerva na Funcef.

Na luta por igualdade de direitos entre empregados novos e antigos, o Conecef decidiu pela organização de um encontro nacional de isonomia, a ser realizado em Brasília, com delegações escolhidas por cada sindicato. A data será definida pela Comissão Executiva dos Empregados (CEE/Caixa).

A mobilização deste ano se desdobrará ainda em campanhas pela marcação correta do ponto, de modo a atacar os problemas inerentes ao Sistema de Ponto Eletrônico (Sipon), e para fazer valer o intervalo para todos, conforme previsto já previsto no acordo coletivo.

Os bancários da Caixa se posicionaram pelo fim dos correspondentes bancários e hipotecaram apoio ao Projeto de Decreto Legislativo (PDC) 214/2011, de autoria do deputado Ricardo Berzoini (PT/SP). O PDC suspende as normas do Banco Central que ampliaram a atuação dos correspondentes bancários no país.

A pauta de reivindicações específicas foi entregue à direção da Caixa no dia 17 de agosto, em Brasília.

O Coordenador da CEE/Caixa e vice-presidente da Fenae, Jair Pedro Ferreira, ressalta a importância da mobilização dos bancários da Caixa no contexto da campanha nacional unificada, mas sem descuidar dos desafios que estão colocados também na mesa das negociações específicas: “Temos demonstrado ano a ano a nossa capacidade de organização e a nossa força, mas temos ainda muito a conquistar e avançar no âmbito da Caixa”.<



Principais reivindicações:

Reajuste Salarial

- 12,8% (5% de aumento real mais a inflação projetada de 7,5%)

PLR

- Três salários mais R\$ 4.500

Piso

- Salário mínimo do Dieese (R\$ 2.297,51 em junho)
- Vales alimentação e refeição e auxílio-creche/babá
- Salário Mínimo Nacional (R\$ 545)

PCCS

- Para todos os bancários

Auxílio-educação

- Pagamento para graduação e pós

Emprego

- Ampliação das contratações
- Combate às terceirizações e à rotatividade
- Garantia contra dispensas imotivadas (Convenção 158 da OIT)

Outras prioridades

- Cumprimento da jornada de 6 horas
- Fim das metas abusivas
- Combate ao assédio moral e à violência organizacional
- Segurança contra assaltos e adicional de 30% de risco de morte
- Previdência complementar para todos os trabalhadores
- Contratação da remuneração total
- Igualdade de oportunidades
- Inclusão bancária para todos os brasileiros



Democracia e transparência ressurgem no movimento associativo do **Rio**

O movimento associativo dos empregados da Caixa no Rio de Janeiro voltou aos trilhos da democracia, da participação e da construção do bem-estar coletivo, retomando uma trajetória que havia sido obstruída por longos anos de improbidade e de desmandos na condução da Associação do Pessoal, a Apcef/RJ.

O novo momento é de resgate histórico e de recuperação do patrimônio material e político, em prol de iniciativas que visem os interesses dos associados, com reinserção nos eventos e nas lutas dos bancários da Caixa de todo o país, assim como nas mobilizações gerais da categoria bancária.

O soerguimento da Apcef/RJ teve início com o acordo judicial que assegurou a posse de Manoel Lopes de Carvalho na presidência da entidade, em 2009. Ele havia sido eleito em 2005, mas os próprios mentores de sua candidatura o impediram de assumir o cargo e permaneceram irregularmente

na diretoria, ao longo dos últimos anos. A eleição de 2005 ainda era contestada judicialmente pelos ativistas do movimento nacional dos empregados da Caixa, sob alegação de irregularidades no processo eleitoral.

O acordo judicial de 2009 foi possível porque Manoel Lopes havia rompido definitivamente com a diretoria anterior e mostrava-se aberto ao diálogo com o movimento dos empregados, cuja referência está no Conselho Deliberativo Nacional (CDN) da Fenaec, do qual participam os presidentes de todas as Apcefs do país. Os entendimentos para a superação do impasse no Rio foram debatidos tanto na diretoria da Fenaec como no CDN.

O acordo judicial de 2009 viabilizou a posse de Manoel em uma diretoria de transição, com a incumbência e o compromisso de restabelecer a democracia na entidade e adotar medidas de recuperação do patrimônio.

A diretoria de transição promoveu uma auditoria para identificar as fraudes e os desvios de recursos que vinham dilapidando o patrimônio e a credibilidade da associação. Ingressou também com ações judiciais – cíveis e criminais – para responsabilização dos que praticaram atos ilícitos e para recuperar valores por eles apropriados.

A auditoria levantou a existência de grande número de ações judiciais contra a associação por questões trabalhistas e de alto montante em dívidas junto ao INSS, ao FGTS, à Caixa e à prefeitura.

Outra medida adotada pela diretoria de transição foi a elaboração e aprovação em assembleia de novo estatuto para a Apcef/RJ.

Sob a égide da democracia e da transparência, foi convocada nova eleição para mandato no triênio 2011/2014. O pleito aconteceu entre os dias 19 e 21 de julho deste ano, com chapa única. Foram aglutinados na chapa “Movimento pela união do Rio e reconstrução da Apcef/RJ” todos os segmentos e correntes de pensamento do movimento associativo imbuídos do propósito de resgatar a associação. Manoel Lopes foi reeleito para a presidência da entidade.

A posse da diretoria ocorreu no dia 5 de agosto. Nos dias 11 e 12 subsequentes, os novos dirigentes já se encontravam reunidos em seminário de planejamento do mandato, com assessoria de técnico cedido pela Fenae.

Entre as ações definidas no seminário destaca-se a realização de campanha permanente em busca de novos associados. São 7.731 empregados da Caixa no Rio de Janeiro e os associados à Apcef são apenas 1.050, cerca 14% – a média nacional é próxima de 50%.

O aumento do número de associados é tido como essencial por fortalecer a união e a integração dos empregados e aposentados da Caixa, em prol do bem-estar de todos. **“É com a participação e a contribuição de todos que vamos gerar mais recursos para investimentos na recuperação patrimonial, nos eventos esportivos, no lazer, na cultura e na**

luta do movimento associativo e sindical”, ressalta o diretor Financeiro da Apcef, Ricardo Maggi.

A sede administrativa da Apcef/RJ fica na Avenida 13 de Maio, no centro do Rio, onde funciona o “Espaço do bancário da Caixa”, com restaurante e, à noite, bar e salão de jogos. Há ainda as sedes Jacarepaguá, de Campo Grande e de Rio das Ostras.

Esse patrimônio ficou seriamente ameaçado pelos desmandos cometidos por aqueles que se apropriaram da associação até 2009. Sua preservação vai exigir medidas que equacionem as dívidas que foram herdadas.

Em assembleia realizada no dia 3 de agosto, foi aprovada iniciativa que pode acelerar a reversão das dificuldades. Trata-se da negociação da sede de Rio das Ostras com a PNI PAR Imobiliária, empresa do Grupo Fenae. Uma vez concretizado o negócio, os recursos serão destinados a pagamento de dívidas, como a do INSS (REFIS), à compra de uma pousada em Cabo Frio e a investimentos na sede de Jacarepaguá.

Para o presidente da Fenae, Pedro Eugênio Leite, o **“fator decisivo”** para a evolução do trabalho de saneamento financeiro, de recuperação patrimonial e de fortalecimento das atividades sociais e políticas da Apcef/RJ **“é o envolvimento dos empregados da Caixa”**. Ele convoca a todos para participar desse processo, lembrando que **“transparência e gestão eficiente e moderna geram e, ao mesmo tempo, se alimentam de credibilidade, maior participação, mais associados e fortalecimento das finanças”**.<

Diretoria tomou posse dia 5 de agosto, para mandato até 2014

Foto: arquivo Apcef/RJ





➤ Apcefs



Apcefs comemoram os **40 anos** da Fenae

Com muita criatividade e animação, as Apcefs promoveram, de junho a agosto, eventos para comemorar os 40 anos da Fenae. A maioria das associações aproveitou os festejos juninos para celebrar o aniversário, ocorrido em 29 de maio, realizando “arraiás”, com barracas de comidas típicas, concursos de quadrilhas e de dançarinos, além das apresentações de grupos de forró. Mas teve também baile dos namorados, jantar dançante, festival da tainha, feijoada, eventos esportivos e churrasco. Todas as festividades, nas Apcefs, contaram com apoio da Fenae.<





Maria Aparecida Calheiros (AL), vencedora do concurso Óleo e Acrílico 2011, cujo tema foi "Violência e Paz"

Circuito Cultural divulga os **artistas da Caixa**

Com o objetivo de estimular e divulgar a criação artística dos empregados da Caixa, o Circuito Cultural Fenaé está em sua sétima edição. Este ano, já foram realizados os concursos de Redação, Óleo e Acrílico, Desenho Infantil e Crônica. Acontecem no segundo semestre a abertura de inscrições para Animação, Foto e Ilustrações.

O formato do Circuito foi modificado, visando assegurar mais tempo para os artistas prepararem seus trabalhos ou se inscreverem em mais de uma modalidade. O ciclo de concursos abrange áreas de literatura, artes plásticas e visuais. Os três primeiros colocados em cada categoria ganham prêmios em pontos do Mundo Caixa. Alguns concursos contemplam também com premiação o trabalho mais votado do júri popular.

O Circuito Cultural é uma iniciativa da Fenaé, em parceria com as Apcefs. Solte sua criatividade e participe. Acompanhe a abertura de inscrições e se informe sobre os regulamentos e resultados dos concursos pelo portal da Fenaé (www.fenae.org.br), seção circuito cultural e pelo twitter (@sigafenae).<

Folclore

Há 46 anos, instituiu-se 22 de agosto como Dia do Folclore no Brasil, visando resgatar e valorizar histórias e personagens do folclore brasileiro. Entre as lendas mais conhecidas está o saci-pererê, menino negro que tem apenas uma perna, mas que é capaz de fazer travessuras por conta dos poderes mágicos existentes em seu gorro vermelho. Por sua popularidade, em 2005 foi criado o Dia do Saci, que é comemorado em 31 de outubro.

A Fenaé tem procurado contribuir com a valorização das manifestações populares estimulando e apoiando, desde 2009, as Apcefs para festejarem o Dia do Saci. As associações já estão preparando suas programações que deverão ocorrer nos meses de setembro e outubro.



Movimento cobrou solução em reunião do CDN da FenaE com o presidente da Caixa

Incorporação do REB ao Novo Plano

Movimento exige **acatamento imediato** à proposta em debate desde 2006

O equacionamento da situação dos participantes do REB está pendente de definição desde a primeira fase do saldamento do REG/Replan, em 2006. As discussões se arrastam por injustificáveis dificuldades no âmbito da Caixa e dos órgãos governamentais.

Assim que se encerrou o processo de saldamento, os diretores e conselheiros eleitos da Funcef procuraram a Secretaria de Previdência

Complementar (SPC), órgão que veio a ser abarcado pela Superintendência Nacional de Previdência Complementar (Previc), para discutir conjuntamente uma solução para o assunto. A SPC alegou que a ideia de migração, apresentada inicialmente, impediria o participante de levar para o Novo Plano o superávit e os fundos acumulados no plano anterior. Entendeu-se então que o caminho a ser seguido seria o da incorporação de um plano pelo outro.

A incorporação foi aprovada em março de 2009 na Diretoria Executiva da Funcef, com parecer favorável do Comitê de Assessoramento Técnico de Benefícios. Mesmo já estando formatada a proposta, a Caixa continuou emperrando a sua tramitação. Só liberou seus representantes para aprová-la no Conselho Deliberativo da Funcef em 20 de maio, dois meses depois. Até a aprovação no Conselho Diretor da empresa foram mais seis meses – a decisão só saiu em 8 de dezembro daquele ano.

Desde então, já se vão mais 21 meses, quase dois anos, sem conclusão dos órgãos governamentais acerca da proposta, com a Caixa numa postura quase que contemplativa frente às postergações.

No decorrer deste ano, o assunto foi ruminado até junho no âmbito do Tesouro Nacional, órgão subordinado ao Ministério da Fazenda. Os questionamentos ali feitos resultaram em adequações à proposta,

Alguns benefícios da incorporação:

- Base de contribuição passa a incluir Complemento Temporário Variável de Ajuste de Mercado (CTVA);
- Paridade contributiva vai até 12%;
- Resgate é de 100% do saldo de conta;
- Pecúlio por morte de 2,5 SRB ou proventos Funcef mais INSS;
- Fundo para Revisão do Benefício;
- Pensão para filhos até 24 anos e companheiro (a) do mesmo sexo.
- Há a reivindicação dos eleitos (conselheiros e diretores) para que seja aberta a possibilidade de se fazer contribuição retroativa a setembro de 2006, com base nas regras do Novo Plano.

que seguiu para o Departamento de Coordenação e Governança das Empresas Estatais (Dest). Por sua vez, o Dest exigiu aprovação também pelo Conselho de Administração da Caixa.

Aprovada no CA da Caixa, a proposta de incorporação retornou ao Ministério da Fazenda, em mais uma volta no círculo vicioso da falta de preocupação face ao problema que afeta cerca de 12 mil participantes do REB, com prejuízos econômicos que a cada dia se tornam maiores e mais difíceis de serem reparados.

Com a indefinição, cerca de 3.500 participantes do REB já foram para o Novo Plano. A saída estanca os prejuízos que estão tendo, mas deixa indefinido o procedimento relativo ao saldo que eles acumularam com suas contribuições, que permanece no plano de origem.

Mais pressão

A batalha pela superação dos obstáculos tem demandado enorme esforço dos diretores e conselheiros eleitos para a Funcef, assim como das entidades associativas e sindicais. São frequentes e cada vez mais enfáticos os protestos e a cobranças dessas representações. **“Essas intermináveis protelações são extremamente desgastantes, mas não nos fazem esmorecer, vamos reforçar a nossa mobilização para assegurar urgência no trato desse assunto, sem retrocesso na proposta que está em debate”**, diz a diretora da Fena e conselheira eleita da Funcef, Fabiana Matheus.

A determinação do movimento associativo em resolver de vez essa questão foi demonstrada durante reunião do Conselho Deliberativo (CDN) da Fena, dia 17 de agosto, na presença do presidente da Caixa, Jorge Hereda. Ele recebeu enfática cobrança do fórum e assegurou que a Caixa está se esforçando para resolver o problema.

A Fena, as Apcefs, a Contraf/CUT e os sindicatos têm a incorporação do REB ao Novo Plano como questão prioritária do momento. Os representantes eleitos na Funcef se dedicam permanentemente ao assunto. O movimento exige das direções da Caixa e da Funcef atuação firme e convincente junto ao governo, para que a incorporação acertada com a SPC lá no início desse longo processo seja rapidamente acatada. **“Para os participantes do REB e suas representações, o tempo de esperar acabou”**, frisa Fabiana Matheus.<



Entra em funcionamento a Ouvidoria da Funcef

Os associados da Funcef já contam com uma ouvidoria para melhor se relacionarem com a Fundação. O órgão começou a funcionar em 18 de agosto, data em que assumiu o cargo a ouvidora Rosilândia Gonçalves Oliveira, escolhida por processo seletivo entre 111 candidatos inscritos.

A ideia de instituir a Ouvidoria na Funcef foi debatida nas instâncias do movimento dos empregados e aposentados da Caixa, após ter surgido no Simpósio Nacional dos Aposentados de 2007. Foi pautada no Conselho Deliberativo pelo ex-conselheiro eleito Carlos Levino Vilanova.

A iniciativa contou com respaldo do Fórum de Dirigentes de Entidades com Representantes Eleitos na Funcef, onde se definiu a proposta final encaminhada ao Conselho Deliberativo. O voto para criação da ouvidoria foi subscrito pelos três conselheiros deliberativos eleitos, – Fabiana Matheus, José Miguel Correia e Olívio Gomes Vieira, – tendo sido aprovado em 21 de outubro de 2010.

Ficou estabelecido pelo voto que a Ouvidoria é órgão vinculado ao Conselho Deliberativo e “não terá funções executivas ou de porta-voz dos participantes, papéis já exercidos por dirigentes eleitos, dirigentes indicados pela patrocinadora, membros de comitês e entidades representativas. Porém, subsidiará todos esses agentes na correção de procedimentos e apresentação de sugestões a partir de demandas de participantes, aposentados e pensionistas”.<

Meios de acesso: ouvidoria@funcef.com.br
0800 706 9000, Atendimento presencial agendado pelo
0800 / Formulário de manifestações em www.funcef.com.br/ouvidoria



Raposas e Galinhas

Se você perguntar às raposas se as galinhas estão protegidas, certamente, elas responderão que sim! A imprensa em geral pergunta aos

próprios profissionais do mercado imobiliário se há bolha de preços dos imóveis – ou quando ela estourará com queda geral dos preços dos “terrenos onde as galinhas ciscam”. As “raposas” negam, veementemente, com base nos seguintes argumentos.

A imensa maioria busca o primeiro imóvel próprio para morar, mal tem capital para investir, quanto mais para especular com a compra de outros, como ocorreu no caso da bolha norte-americana. Porém, uma minoria tem sobra de dinheiro.

Quando o crédito fácil sustenta mercados imobiliários especulativos, adiciona-se outro componente, expectativa de alta, à avaliação dos preços das moradias, o que os afasta ainda mais dos fundamentos econômicos. Compra-se, de maneira apressada, porque se antecipa ainda maior valorização.

Outro argumento é que o crédito com recursos da poupança, oferecido a taxas de juros entre 9,5% e 12% ao ano, mais indexador, ainda é caro, se comparado a qualquer país do mundo. Mas é barato em relação à época do regime de alta inflação, sem falar no caso do financiamento subsidiado com recursos do FGTS.

Alega-se que o volume de crédito imobiliário em relação ao PIB, no Brasil, é muito baixo, tendo portanto potencial para crescer, porém se esquece que houve reestruturação patrimonial da Caixa. Não se contabiliza a capitalização dos empréstimos ocorridos nas décadas passadas. Foram “perdidas”...

Supõe-se que a expertise dos bancos brasileiros na avaliação dos riscos dos empréstimos imobiliários, cuja aprovação baseia-se na capacidade de pagamento comprovada do mutuário, seria salvaguarda suficiente. Não se acautela com a possibilidade de súbita venda em massa dos imóveis – e fúria virar “mico”.

A expressiva valorização de imóveis tem sido mais forte em regiões mais nobres de metrópoles. Preços de imóveis são estabelecidos muito mais em função do status da localização, isto é, valor de mercado dos terrenos, do que propriamente do custo de produção da residência.

A alta dos preços dos imóveis não foi acompanhada pela elevação proporcional dos aluguéis. Por exemplo, em Ipanema/Leblon se avalia apartamento de dois quartos por R\$ 1,2 milhão, mas dificilmente se consegue alugá-lo por R\$ 4 mil, ou seja, 0,3% ao mês. O custo de oportunidade dos rentistas leva à perda de capital.

O moderno setor de construção tem plena capacidade de construir grande número de apartamentos em edifícios altos por preços muito inferiores aos atingidos, atualmente, pelas moradias em muitas áreas urbanas. Isso deve servir de freio, em médio prazo (cinco anos), à escalada dos preços dos imóveis. <



Arquivo pessoal

Fernando Nogueira é professor associado do IE-Unicamp, 56. Foi vice-presidente da Caixa Econômica Federal de 2003 a 2007.
fernandonogueiracosta.wordpress.com
fercos@uol.com.br



Plantio de árvores compensa emissão de gases nas comemorações dos 40 anos da Fenae

A Fenae está realizando o plantio de 4.315 mudas de árvores nativas para compensar os gases de efeito estufa (GEE) emitidos nos eventos em comemoração aos 40 anos da Federação. As árvores estão sendo plantadas para restaurar parte da Mata Atlântica na região do Vale do Itajaí (SC). O plantio vai durar quatro meses e a área restaurada terá acompanhamento durante dois anos.

De acordo com a empresa que vai realizar o plantio, especializada em compensação de GEE, a quantidade de árvores foi definida com base nas avaliações de emissão de gases em cada evento realizado pela Fenae e pelas Apcefs. Serão plantadas 2.187 árvores pelas festas nas Associações e 143 mudas pela festa da Fenae, em Brasília. Também serão compensados os GEE produzidos nas corridas de rua, no concurso cultural e nas comemorações internas da Fenae.

O controle de emissão de gases de efeito estufa é uma ação de responsabilidade ambiental da Fenae. Em 2011, a Federação adotou a prática do carbono zero no projeto Eu Faço Cultura. Milhares de árvores estão sendo plantadas com esse projeto, que foi reconhecido com o selo “Clima Legal”. Todas as publicações da Federação, como a revista Fenae Agora, são editadas em papel que levam Selo de Compensação de Carbono.

As atividades de responsabilidade social e respeito ao meio ambiente fazem parte da cultura da Fenae. Em parceria com várias Apcefs, a Federação tem feito investimentos na preservação ambiental. Em Santa Catarina, a Fenae já havia investido na preservação de área marinha. Em várias outras localidades onde há mata atlântica, como o Paraná e o Rio de Janeiro, e floresta amazônica, como o Pará, estão sendo investidos recursos para preservar esses biomas.◀



Movimento solidário

O Movimento Solidário, criado pela Fenae e o Grupo PAR, renovou a sua página na internet para divulgar as ações e campanhas desse programa de responsabilidade social e empresarial. O novo site é um espaço interativo de solidariedade e contém conteúdo institucional e campanhas que transformaram a vida de milhares de brasileiros.

Conheça a história e se emocione com as realizações desse programa de desenvolvimento econômico e social sustentável de comunidades carentes. Visite o novo site e saiba como participar: www.programamovimentosolidario.com.br.

Apcef/ES vai sediar os **Jogos Fenae 2012**

A décima edição dos Jogos Fenae será realizada na cidade de Vitória (ES), em agosto de 2012. A Apcef/Es foi escolhida para sediar os jogos durante a reunião do Conselho Deliberativo Nacional (CDN), que aconteceu em Brasília nos dias 16 e 17 de agosto de 2011. Os Jogos Fenae são uma competição tradicional para os empregados da Caixa, que acontece a cada dois anos, sendo que a última edição ocorreu em 2010, em Fortaleza (CE), e teve como campeã geral a Apcef/SP.

As Apcefs de Pernambuco e de Sergipe também foram candidatas a sediar os jogos. A Apcef/ES foi escolhida por meio de votação secreta. As três associações apresentaram vídeos e defenderam suas candidaturas. O CDN também teve como parâmetro o relatório apresentado pela comissão da Fenae, formada pela diretora de Administração e Finanças, Fabiana Matheus, o diretor de Esportes, Paulo Cesar Cotrim, e pela analista de eventos, Dalva Lopes. Esta comissão visitou todos os locais oferecidos pelas três candidatas e elaborou uma avaliação com base na combinação de distâncias e qualidade de uso dos ginásios, piscinas, pistas e salões, entre outros critérios.

Na cidade de Vitória, os Jogos Fenae se concentrarão na sede da Apcef/ES e nos ginásios municipal



Sede dos jogos foi escolhida por voto secreto em reunião do CDN

e estadual, ambos situados em frente à associação. Somente a modalidade de atletismo é que será realizada em local diverso. O prefeito de Vitória, João Coser, enviou mensagem gravada em vídeo oferecendo apoio e garantindo a qualidade da estrutura para as competições. O vídeo também mostrou aspectos culturais e turísticos da capital capixaba e detalhes dos locais oferecidos para os jogos.

Conforme o calendário definido logo após a escolha da sede, os Jogos da Fenae serão realizados de 18 a 25 de agosto de 2012. Os empregados da Caixa que estiverem interessados em participar deverão estar associados à Apcef do seu estado até 31 de março de 2012.

O CDN aprovou ainda a composição da Comissão Organizadora dos jogos, que contará, além da comissão da Fenae (Fabiana, Paulo Cesar e Dalva) com um representante da Apcef/ES, a ser indicado pela associação, e os presidentes de Apcefs: Marcelo Boing/SC (região Sul), Manoel de Carvalho/RJ (região Sudeste), Cícero Santos/MS (região Centro-Oeste), Gisele Menezes/MA (região Nordeste) e Isan Guimarães/PA (região Norte).◀



Apcefs candidatas fizeram apresentações no CDN



Associados de 19 estados e do DF participam dos **Jogos Regionais**

Depois das regiões Sul e Sudeste, chegou a vez dos atletas das regiões Norte, Nordeste e Centro-Oeste disputarem os Jogos Regionais, realizados pelas Associações do Pessoal da Caixa Econômica. As competições acontecem entre os dias 3 e 11 de setembro, reunindo em torno de 1.500 esportistas em modalidades individuais e coletivas como natação, futebol society, futsal, vôlei de quadra, vôlei de areia, basquete, atletismo, tênis de campo, tênis de mesa, jogos de salão, entre outros.

A quarta edição dos Jogos da Região Norte acontece em Boa Vista (RR) de 3 a 6 de setembro. Já os 7º Jogos do Nordeste têm Maceió (AL) como sede, no período de 7 a 11 de setembro. Os atletas da Região Centro-Oeste participam da quinta edição dos jogos em Goiânia (GO), de 7 a 10 de setembro.

Os Jogos Regionais são organizados pelas Apcefs e contam o apoio da Fenaec. São realizados de dois em dois anos. Assim como os Jogos da

Fenaec, as competições regionais buscam integrar os associados através do esporte. A diferença é que não existe um campeão oficial entre os estados competidores. Os três participantes mais bem classificados, por modalidade e prova, recebem medalhas.

Sul e Sudeste

A segunda edição dos Jogos Regionais do Sul e Sudeste aconteceu em Belo Horizonte (MG) no período de 22 a 26 de junho. O evento contou com a participação dos dirigentes da Fenaec Pedro Eugênio Leite (diretor-presidente), Olívio Gomes Vieira (diretor para Assuntos dos Aposentados e Pensionistas), Kardec de Jesus Bezerra (diretor executivo) e Paulo César Matileti (conselheiro fiscal). Na cerimônia de abertura, realizada na sede da Apcef/MG, houve o desfile das sete delegações, além da execução do Hino Nacional, hasteamento de bandeiras dos estados participantes, juramento do atleta e dos árbitros e saudação e declaração de abertura do evento pelo presidente da Apcef/MG, Paulo Roberto Damasceno.<

Água Mineral

Herança da **natureza**
da Brasília sonhada por JK



Realizada nos esboços a lápis do arquiteto Oscar Niemeyer, Brasília encanta não só pelos edifícios e largas avenidas que saíram do papel e viraram cartões-postais. A cidade, sem dúvida, tem muito mais para mostrar. Um de seus principais sotaques ambientais é o Parque Nacional de Brasília, popularmente conhecido como Água Mineral, por conta de duas piscinas naturais de água corrente e transparente, em torno das quais há áreas de lazer, banheiros, ambulatórios e alguns quiosques de alimentação.

Criado em 1962 por decreto federal, para preservar o meio ambiente contra o canteiro de obras em que se transformara a capital da República, o parque faz Brasília tão especial. São 42 mil hectares de cerrado, resistindo desde então às ameaças de crescimento urbano. Por estar bem preservado, a Unesco declarou-o em 1992



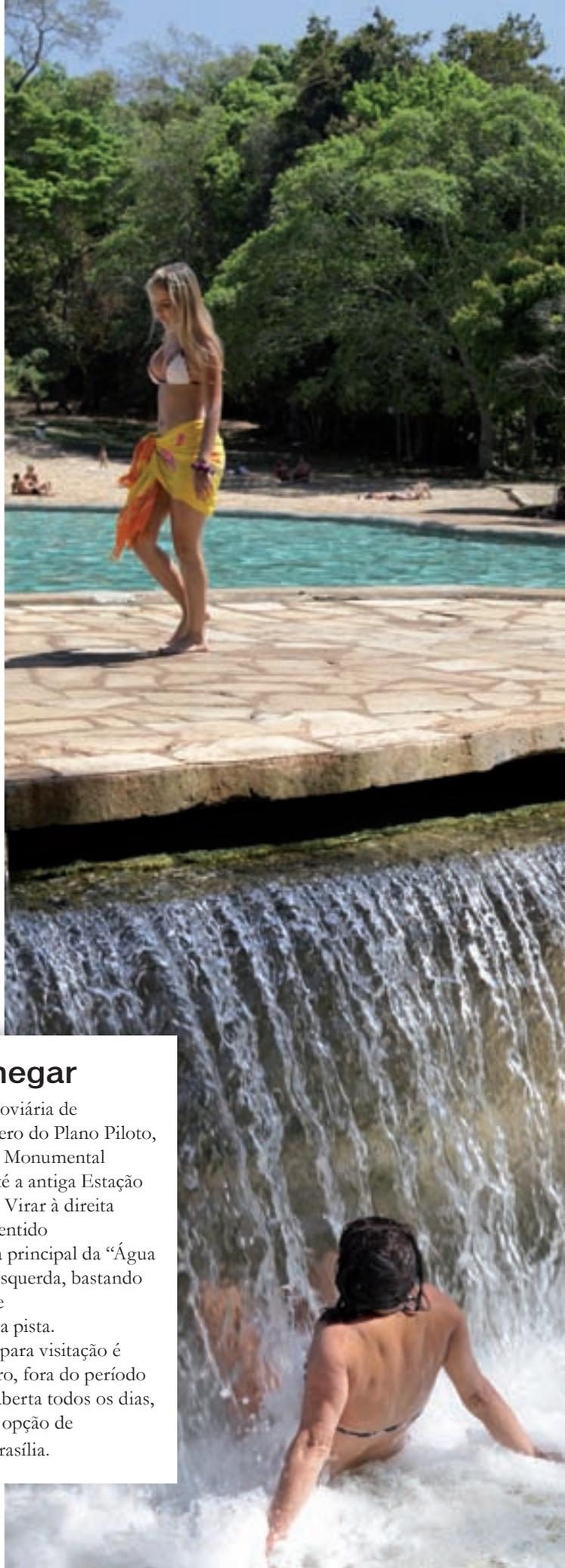
uma das unidades que compõem a área nuclear da Reserva da Biosfera do Cerrado, sendo considerado em todo o mundo o maior parque nacional em área urbana. Ali, por exemplo, encontram-se ipês roxos e amarelos, pequis, canelas-de-ema e veredas de buritis, árvores frequentadas por macacos-prego e por aves endêmicas da região.

Reserve um dia para conhecê-lo. Chegue cedo, faça um piquenique e curta as piscinas naturais, formadas a partir dos poços de água que surgiram às margens do Córrego Acampamento, devido, sobretudo, à extração de areia feita antes da implantação da nova capital do país. Esse parque abriga ainda o ponto divisor das águas de três bacias hidrográficas: a Amazônica, a do Prata e a do São Francisco. Localiza-se também em seus limites territoriais a Barragem de Santa Maria, que abastece Brasília de água potável.

Na Água Mineral da capital brasileira, caminhadas pelas trilhas da Capivara e do Cristal, assim como a observação de pássaros e macacos, dão um colorido diferente ao passeio. Para quem gosta de aventuras, o Centro de Visitantes oferece uma programação de caminhadas. O parque, na verdade, é a principal área de lazer da população do Distrito Federal, exercendo importante papel de regulador do clima da região, sendo responsável, juntamente com outras unidades, por reserva de carbono e sequestro de CO₂ local. <

Como chegar

Partindo da Rodoviária de Brasília, ponto zero do Plano Piloto, seguir pelo Eixo Monumental (sentido oeste) até a antiga Estação Rodoferroviária. Virar à direita na DF-003, no sentido norte. A portaria principal da “Água Mineral” fica à esquerda, bastando seguir as placas e retornar na outra pista. A melhor época para visitação   de maio a outubro, fora do período de chuvas. Fica aberta todos os dias, das 8h às 16h. A opção de hospedagem   Brasília.





fotos: Gonzalo Cuéllar

Mais **espaço** para as **bicicletas**

Eles surgem em grupos, dezenas, centenas de ciclistas, e disputam espaço com os motorizados em apertadas avenidas. O interesse pelo “transporte verde” cresce em proporção muito maior do que a estrutura para esse tipo de mobilidade urbana. Calcula-se que no Brasil existem 60 milhões de bicicletas, mas que as ciclovias e ciclofaixas não somam mais de 600 km em todo o país.

A opção pelo transporte rodoviário e o prazer de dirigir o próprio veículo geraram cidades congestionadas por carros e caminhões. Os metrô reduziram a quantidade de ônibus nas vias, mas os investimentos ainda são insuficientes. Em cada metrópole, surgem centenas de carros novos todos os dias, congestionando ainda mais o trânsito.

O uso da bicicleta deixou de ser apenas por necessidade ou pelo prazer de pedalar por trilhas e parques. O mês de julho foi marcado pelas bicicletadas, que reuniram centenas de ciclistas em várias capitais, unidos para cobrar mais políticas públicas em favor de bicicletas e de um trânsito mais humano, justo e limpo. De acordo com a Associação O Eco, as bicicletadas são movimentos sem lideranças, marcados por protestos

bem humorados com arte, música e criatividade.

Estudo do governo federal revela que em 1980 algumas cidades já haviam feito planos diretores incluindo ciclovias. As pioneiras foram Curitiba e Governador Valadares (MG), seguidas uma década depois por São Paulo e Rio de Janeiro. Em 1999, 60 cidades tinham planos para construir 350 km de ciclovias. Em 2005, os planos de 277 cidades somavam 2.450 km de ciclovias. O Ministério das Cidades elaborou o Plano de Mobilidade por Bicicletas e constatou que os maiores desafios eram desenvolver sistema cicloviários e realizar investimentos em parcerias.

A presidenta Dilma Rousseff cobrou de prefeitos a construção de ciclovias, visando a criação de uma “cultura do ciclismo no País”. Só este ano, o governo federal doou 30 mil bicicletas e capacetes para estudantes da rede pública de 81 municípios, vai entregar outras 70 mil até dezembro, para um total de 300 cidades, e quer que os contemplados disponham de vias adequadas e seguras.◀



Helena Greco

Ícone da luta pelos direitos humanos

“A nossa cidadania depende diretamente da nossa capacidade de indignação. Esta, por sua vez, só se concretiza a partir do exercício permanente da perplexidade”. Essa era a frase predileta da mineira Helena Greco, farmacêutica de profissão e referência da luta pelos direitos de parentes de desaparecidos políticos e pela anistia aos perseguidos pela ditadura militar. Ela nasceu em 15 de junho de 1916, em Abaeté (MG), e morreu em 27 de julho de 2011, em Belo Horizonte.

Eis a sua trajetória até os 60 anos de vida: jovem rebelde, estudante dedicada às línguas e à literatura, aluna da Faculdade de Odontologia e Farmácia da Universidade de Minas Gerais, esposa, mãe de três filhos, avó de três netos e bisavó de um bisneto. A militância política começou aos 61 anos de idade, em 1977, e não parou mais.

Participou do Movimento Feminino pela Anistia e do Comitê Brasileiro de Anistia em Minas Gerais, resgatando o papel das mulheres nas lutas pela anistia. Ela costumava dizer que, além do caráter feminino – integrado por mães, filhas, irmãs de presos e desaparecidos políticos – era preciso resgatar o perfil feminista do movimento, que tinha entre suas bandeiras a luta contra a discriminação e opressão de gênero.

Helena Greco teve participação em praticamente todos os movimentos que envolveram o binômio direitos humanos e cidadania. Ajudou na criação do PT mineiro e foi vereadora por dois mandatos. Recebeu diversos prêmios: Chico Mendes de Resistência (1995), Cidadania Mundial (1999) e Che Guevara (2002), sendo ainda uma das 52 cidadãs brasileiras que integraram a lista do Projeto Mil Mulheres para o Prêmio Nobel da Paz, lançado pela Câmara dos Deputados em 2004, por iniciativa da Fundação Suíça pela Paz.

A capacidade de indignar-se perante as injustiças era a característica mais marcante de Helena Greco. Fica daí a certeza: a semente por ela plantada servirá de adubo para todos os que lutam por uma sociedade justa, democrática e igualitária. <





Concorra a um **carro zero** e vários prêmios na promoção **Clube de Amigos**

Os empregados da Caixa podem convidar seus colegas para uma visita de um dia na Apcef do seu estado de lotação. Caso o indicado se associe, ambos receberão um cupom para concorrerem a prêmios mensais e a um carro zero km no final do ano. A promoção lançada pela Fena e o Mundo Caixa, em parceria com as Apcefs de todo o país, já começou a realizar os sorteios.

O Clube de Amigos consiste em mostrar aos empregados da Caixa que ainda não conhecem as Apcefs as vantagens de participar do movimento associativo e de ter locais cada vez mais estruturados para práticas esportivas e sócio-culturais à disposição dos associados e de seus dependentes. Para participar, o associado que estiver cadastrado no Mundo Caixa deverá acessar o site www.mundo-caixa.com.br/clubedeamigos e indicar os colegas para receberem o passaporte de visita à Apcef.

O amigo indicado irá receber uma mensagem com um link por e-mail, e ao clicar será direcionado à página da promoção. Caso tenha interesse, deverá escolher uma data e imprimir o convite para visitar a Apcef. Se o convidado tornar-se um associado, receberá um cupom para concorrer aos prêmios. Quem indicou também receberá um cupom. Entretanto, quem não é associado pode participar da campanha mesmo sem indicação. Basta acessar o site e imprimir um passaporte para conhecer a Apcef.

Com o passaporte, o convidado poderá passar um dia na Apcef do estado onde estiver lotado, com data marcada e disponível no momento da impressão do convite. O participante só poderá utilizar o passaporte na data escolhida, sendo que poderá levar seus dependentes para conhecerem a Associação. Caso não realize a visita no prazo de duas semanas da data marcada, o participante terá outras datas disponíveis para a visita. A Apcef vai indicar em qual unidade o passaporte poderá ser utilizado e quais são as áreas que estarão liberadas para uso do visitante.◀



Melhore seu desempenho intelectual

“O seu cérebro pode fazer melhor!” A promessa de um desempenho intelectual melhor é do aplicativo SPB Brain Evolution. Trata-se de um conjunto de 12 jogos que o ajudam a treinar o cérebro e melhorar a sua capacidade de memória, lógica, aritmética e de resolução de puzzles. Somente um bom resultado permite desbloquear o jogo seguinte. Surgirão gráficos temporais de habilidade intelectual, estatísticas de jogo, recomendações, perfis separados para diferentes jogadores, além das melhores pontuações online. O download grátis do programa está disponível em <http://www.techtudo.com.br>.



Imprima com economia e preserve o meio ambiente

Para economizar tinta e papel, a gente sempre tira cópia do RG junto com o CPF e o Título de Eleitor, não é? Pois isso já é possível também na hora de imprimir documentos do computador. O programa opera com todas as versões do windows e permite selecionar e reunir páginas para imprimir. Além disso, ele avisa o quanto você economizou.

O aplicativo se chama iPrint, que funciona integrado ao seu navegador e abre automaticamente na hora de imprimir. Todas as páginas do seu documento são exibidas no aplicativo e você pode colocar duas páginas para impressão em uma única folha. Caso deseje, é possível excluir alguma página que não precise ser impressa, sem excluir o seu documento.

O iPrint está disponível para download de demonstração no site <http://www.techtudo.com.br>



Bullying virtual prejudica mais

As agressões dirigidas por meio das redes sociais, como Twitter e Facebook, são mais prejudiciais à pessoa do que as que são praticadas diretamente na escola, no trabalho ou na rua. É o que aponta a pesquisa da Associação Americana de Psicologia, baseada na importância da reputação do indivíduo na internet, a partir dos relacionamentos virtuais.

A pesquisa aponta dois motivos principais para as pessoas sofrerem mais com o bullying virtual. O primeiro é que as vítimas não conseguem abandonar sua “vida virtual”, mesmo após serem perseguidas por e-mail, por exemplo. Elas tendem a permanecer em contato com o que as prejudica; é como se não conseguissem parar de apertar uma ferida aberta. O segundo motivo é que as ofensas publicadas na internet possuem proporções globais, tendo em vista o alcance da web.

As redes sociais são apontadas como o meio mais usado para perseguir as vítimas, que passam a apresentar sintomas como stress, ansiedade, medo e pesadelos, assim como dificuldade para comer e dormir. A preocupação maior é com os menores, que podem ter mais dificuldade para lidar com a situação. (Fonte: TechTudo).

Banheiro coletivo também é questão política

Em 1988, à frente de uma equipe de tevê, fui ao leste europeu realizar documentário sobre a perestroika – reestruturação político-econômica sob a liderança do russo Mikhail Gorbatchev. Em Praga, numa fábrica de automóveis, nosso repórter pergunta ao líder dos operários se a perestroika chegou ali. Ele nos aponta os banheiros: “Nas nossas latrinas a perestroika não chegou.”

Eram imundas. Mas por que me lembrei disso? Ah, sim, saiu pela Agir a 2ª reimpressão do Febeapá, Festival de Besteira que Assola o País, instaurado com o golpe de 1964, do Stanislaw Ponte Preta. Num artigo, o atilado jornalista transcreve um capítulo de Encanamentos e Salubridade das Habitações, do engenheiro português João Emílio dos Santos. É a versão lusitana do Febeapá. Ensina a instalar retretes coletivas “principalmente” em grandes empresas, para evitar que “mandriões incorrigíveis” ali fiquem “além do tempo indispensável” – retrete é latrina e mandrião é malandro em Portugal.

O desequilibrado, digo, o engenheiro acusa os operários de “aproveitar a ida à retrete amiudadamente para abandonar o trabalho”. Dá várias ideias: porta baixa, para se ver quem está lá; barras de ferro nas paredes “que correspondam aos sovacos”, para a pessoa ficar pendurada e querer livrar-se logo do suplício; tampo inclinado; uma descarga periódica de vapor quente.

Mas, explica a cavalgadura, digo, o engenheiro, o melhor mesmo é manter as latrinas “num estado de imundície tal que o cheiro afugenta dali os operários logo após satisfazer suas necessidades”.

Stanislaw publicou “sem comentários”, mas comentemos. A melhor referência a essa insanidade de certos patrões, a preocupar-se com o tempo gasto pelos funcionários no banheiro, está em Tempos Modernos (1936), de Charles Chaplin. Carlitos é literalmente moído pelas engrenagens da máquina capitalista. E quando o chefe o libera para usar o banheiro e ele aproveita para fumar um cigarrinho, surge num telão o patrão mandando-o de volta ao trabalho.

O documentário sobre a perestroika também foi ilustrativo. Editamos em Praga, última escala da viagem. Para minha surpresa, aparece na véspera da partida um “jornalista” do Partido Comunista Tcheco. Queria ver o trabalho. E, adivinhe, implicou com a menção às nojentas latrinas. Disse-me através da intérprete:

“Não tem cabimento num documentário tão bem fundamentado falar em banheiro sujo.”

Sob alusões a não nos deixar sair do país, tive de tirar a fala do líder operário. Mas o colega editor, Yeken Serri, tinha feito duas cópias. Enganamos o censor e trouxemos a versão completa. Que acabou inédita: a emissora que negociou o documentário recusou-se a pôr no ar alegando “questões técnicas”.

Por que se negam a considerar a limpeza de banheiros coletivos ou públicos como um dos objetivos da política? <



Amancio Chioldi.

Mylton Severiano é jornalista e escritor.

Pense em algo que possa melhorar sua vida!



Convênios Fenaee. Reunimos produtos e serviços para o seu bem-estar.

			<i>Pensando em você</i>				
mabe	DAKO	Electrolux		The power to do more			
							
							

